

PEDAGOGIA FUNCIONAL E CONCEPÇÃO DE CRIANÇA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Juliana Ferreira Lima ¹
Maria de Fátima Almeida de Sousa²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir sobre a pedagogia funcional e a concepção de criança considerando o ensino da educação infantil. Posto que a primeira infância, fase historicamente conhecida por sua complexidade, pelas diferentes concepções socioculturais resultantes do movimento de transformação da humanidade, tem sido alvo de vasta problematização, a começar pela figura da criança, sua constituição histórica, cultural, seu papel social e identitário. Nesse estudo discutimos a concepção de criança à luz da pedagogia funcional, que a compreende como um ser ativo ao defender a perspectiva da atividade real, em que o educador cria circunstâncias próprias para despertar na criança necessidades e interesses que possibilitem o desenvolvimento intelectual. Ao pensarmos nessa teoria nos debruçamos, ainda, sobre o ensino da educação infantil, etapa que inaugura a entrada da criança na escola, sendo portanto indispensável ao desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância, em aspectos cognitivos, linguísticos, afetivos e sociais. Outrossim, como suporte teórico dialogamos com Claparède (1958); Piaget (1970, 1975); Ariès (1986); Rousseau (1995); Montoya (2011) e outros autores. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, na qual utilizamos alguns livros trabalhados na disciplina Teorias Educacionais, componente curricular obrigatório do curso de mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (PPGED - UFPI), textos publicados nas plataformas SciELO e Google Scholar e a legislação brasileira aplicada a educação infantil. Mediante o estudo, conclui-se que a pedagogia funcional entende a criança enquanto um ser capaz de pensar e agir de forma espontânea, adaptando-se progressivamente ao meio físico e social. Ademais, a educação ativa objetiva provocar na criança necessidades e interesses para que tenha condições de resolver por si só as dificuldades, produzindo assim autonomia funcional.

Palavras-chave: Pedagogia funcional, Criança; Ensino da educação infantil.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho será discutido a concepção de criança com base na pedagogia funcional, assim como a influência dessa proposta no ensino da educação infantil. A teoria funcional foi desenvolvida por Édouard Claparède (1873-1940), psicólogo, naturalista e pedagogo, que inclinou-se para os estudos da psicologia da infância

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí- UFPI, julianaflima@ufpi.edu.br;

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí- UFPI, maria.fatima.mf@ufpi.edu.br;



amparado no pensamento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), este último contrapõe-se a visão adultocêntrica defendida pela pedagogia tradicional, pois para ele a criança é um ser com modos de pensar e agir diferentes de um adulto, portanto não pode ser considerada uma cópia em miniatura.

Nesse contexto, a concepção de criança ganha novo sentido e significado, ela deixa de ser considerada passiva e incompleta e passa a ser compreendida como ativa, tomando como força motriz o despertar do interesse e das necessidades, a partir de circunstâncias próprias. Destarte, o foco da educação da criança volta-se para a atividade, que reconhece a importância da ciência da criança e da pedagogia experimental. Por conseguinte, a discussão sobre o reconhecimento das peculiaridades da infância, assim como a evolução da concepção de criança proporcionaram mudanças substanciais nos modos de pensar o ensino da educação infantil, a começar pela garantia do direito à educação institucional tendo como finalidade suprir necessidades essenciais da criança, através da mobilização pedagógica e sistemática da escola.

O trabalho se justifica pela relevância dos estudos das teorias educacionais para a compreensão de como se delineiam os processos educativos escolares, em particular a pedagogia funcional associando-a a concepção de criança no ensino da educação infantil, pois é importante conhecer a perspectiva histórica e social da criança, da infância ou das infâncias no construto da escola ativa, ainda que esta seja objeto de questionamentos e críticas, inova ao colocar a criança no centro da atividade, fazendo-a protagonizar a construção dos conhecimentos.

Em face a essas considerações, o avanço dos estudos sobre a infância e o desenvolvimento intelectual da criança consubstanciaram políticas direcionadas à educação infantil, sendo caracterizada como primeira etapa da escolarização, na qual o cuidar e o educar são processos indissociáveis e imprescindíveis. Vale ressaltar, que o ensino nessa etapa é uma conquista histórico-social e política validada pela relevância das aprendizagens e do desenvolvimento integral da criança, pois afirma suas capacidades, valorizando a construção do conhecimento, da autonomia, da criatividade e do respeito à infância, entendendo-a como ser histórico, biológico e social em pleno exercício das suas potencialidades.

Nessa conjuntura, a efervescência dos estudos sobre a criança nas dimensões psicológica e biológica sob o viés científico marcou meados do século XIX chegando ao ápice no século XX, em consonância ao desabrochar do movimento escolanovista, cuja



a ideia principal pautava-se na defesa da atividade da criança vinculado-a a vida, em outras palavras a atividade era entendida como definidora do processo educativo.

Essa teoria nasceu como forma de romper a estrutura pedagógica da escola tradicional, na pretensão de superar o dogmatismo, a centralidade na figura do professor, a transmissão de conhecimentos sem utilidade prática, além da notável rigidez na relação professor (detentor inquestionável do saber) aluno (ser passivo), subordinado aos ensinamentos e a transmissão vertical dos conhecimentos. Em síntese, a proposta da pedagogia funcional causou uma reviravolta nos princípios da educação ao olhar para a criança no despertar das necessidades e dos interesses como núcleo da aprendizagem intelectual e moral.

METODOLOGIA

Este estudo nasceu como proposição do componente curricular Teorias Educacionais, disciplina obrigatória do curso de mestrado em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (PPGED/UFPI). Por consequência, o ponto de partida para a escrita deste trabalho foram os textos discutidos no decorrer das aulas, aqueles alinhados à temática supramencionada. Assim sendo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, realizada a partir da seleção, leitura e compreensão dos textos que compõem a bibliografia da disciplina, de artigos publicados nas plataformas SciElo e Google Scholar, além da legislação brasileira aplicada à educação infantil.

Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica se constitui a partir do uso de material já produzido, sobretudo livros e artigos científicos. É importante considerar que as pesquisas de modo geral partem de um estudo dessa natureza, em alguns casos são desenvolvidas totalmente por meio de fontes bibliográficas. Já a pesquisa documental usa material que ainda não recebeu um tratamento analítico, podendo esse material ser reelaborado a partir dos objetivos da pesquisa.

Considerando a afirmativa acima, a pesquisa bibliográfica pode ser compreendida como ponto de partida para todos os tipos de pesquisa ou findar-se em si mesma, assim sendo, torna-se a base para qualquer estudo. A pesquisa documental se assemelha a bibliográfica, a diferença está na natureza das fontes. Como suporte teórico dialogamos com as obras de Claparède (1958); Piaget (1970, 1975); Ariès (1986); Rousseau (1995); com os artigos dos seguintes autores: Montoya (2011); Machado



(2017); Alves e Ribeiro (2021), como também documentos da legislação brasileira acerca da educação infantil (Brasil, 1988, 1990, 1996, 1998, 2009 e 2017).

Para Chizzotti (2018) a abordagem qualitativa estuda determinados grupos sociais, sua ênfase recai sobre a investigação de símbolos, valores e crenças que fazem parte das relações humanas no transcurso histórico. Possibilita descobertas acerca do objeto de estudo levando em consideração aspectos subjetivos, não é baseada no achismo, mas mediada por hipóteses a serem verificadas.

A PEDAGOGIA FUNCIONAL E A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA

A preocupação em constituir uma ciência da criança, tendo como fonte os estudos da psicologia funcional ganhou espaço no século XX, principalmente devido a efervescência dessa corrente teórica, que pregava o desenvolvimento das funções intelectuais e morais em defesa da atividade, sendo esta suscitada por duas leis básicas: a necessidade e o interesse. Claparède (1958, p. 1) define a educação funcional como aquela que “propõe desenvolver os processos mentais considerando sua significação biológica, sua utilidade para ação presente ou futura, para a vida (...) toma a necessidade da criança, o seu interesse em atingir algum fim como alavanca da atividade que se deseja alcançar nela.”

Ao considerar a educação ativa, sob a perspectiva da atratividade, do desejo e da necessidade, há que se destacar a inspiração nos estudos direcionados a natureza da criança em Rousseau (1995), por ter se dedicado a pensar a educação da criança desde o seu nascimento, os primeiros cuidados, a higiene, a alimentação, os modos ensiná-la, atribuindo valor a infância e suas especificidades.

É preciso ressaltar que a visibilidade dada ao período da infância foi construída historicamente à medida em que os conhecimentos alinhados à biologia, a fisiologia, as pesquisas de cunho naturalista e aos experimentos científicos tomavam maiores proporções. Desse modo, compreender e explorar as tendências naturais da criança, assim como o desenvolvimento da inteligência, dos processos mentais, influenciou estudos de base psicológica voltados à infância que logo chegaram à pedagogia. Piaget (1970) destaca que ao tratar a criança como um ser autônomo, em condições funcionais, é necessário considerar sua mentalidade do ponto de vista estrutural.

Nessa perspectiva, conhecer a estrutura do pensamento da criança passou a ser trabalho fundamental para educação e para a escola moderna, pois pensar a psicologia



da criança significaria reconhecer a existência das diferenças estruturais entre ela e o adulto. Premissa que rompeu com a ideia de passividade e ignorância afirmada pela pedagogia tradicional, na qual a transmissão dos conhecimentos assumia um caráter rígido, intimidador e autoritário, inviabilizando qualquer ação espontânea da criança. “A educação tradicional sempre tratou a criança como um pequeno adulto desprovido de conhecimentos e de experiências, sendo a criança apenas um adulto ignorante” (Piaget, 1970).

De fato, as duas teorias são reconhecidas por serem opostas em seus princípios, métodos e modos de pensar a educação da criança e a própria criança. Enquanto a corrente tradicional é adepta ao ensino conservador, estático, alicerçado na memorização dos conteúdos, no qual a criança é vista como ser incompleto, incapaz, menosprezado em suas especificidades, a pedagogia funcional orientada pela escola nova entende a criança como ser em desenvolvimento, que através da atividade, da experiência e dos experimentos constrói conhecimentos.

A discussão referente a infância e a criança não segue uma linearidade, pelo contrário, nos apresenta um caminho marcado por rupturas, contradições, continuidades e possibilidades. Ariès (1986) descreve que no contexto da pedagogia tradicional, a criança era invisibilizada, reduzindo-se a mero reflexo do adulto. Não havia interesse ou maiores preocupações com a infância e suas peculiaridades.

Destarte, o desprestígio social da criança alimentou durante muito tempo a concepção de irrelevância dada à infância, visto que limitava-se a um período de transição para a vida adulta. Conforme Ariès (1986) a evolução da concepção de infância aconteceu progressivamente com o passar dos séculos, à luz da modernização do pensamento acerca da criança tanto no sentido biológico como na construção da sua representação, intelectual e social.

Em consequência, prevalecia a compreensão da criança enquanto ser vulnerável, desprovida de capacidades intelectuais, além da ideia de total dependência do adulto, sem o qual a criança não poderia aprender. No entanto, ao final do século XIX, a propagação do darwinismo começa a potencializar as discussões sobre a significação da infância. Como pontua Claparède (1958, p. 70):

Ao tratar o papel desempenhado pela infância na evolução humana, mostrou-se que a infância é útil ao indivíduo porque é um período de plasticidade eminentemente favorável ao desenvolvimento das funções físicas e mentais (...) Jean-Jacques Rousseau tinha compreendido muito bem tudo



isso. Foi certamente o primeiro que se preocupou com a questão do porquê da infância, dando mesmo, a essa questão, resposta tão satisfatória.

Rousseau, influenciado pela modernização da ciência, teorizou sobre a criança abrindo caminhos para um conjunto de ideias e estudos acerca da essencialidade da infância, afirmou a grandiosidade dessa fase para a humanidade, especialmente quando escreveu *Emílio*, uma de suas obras mais importantes, amplamente conhecida por seu teor pedagógico e educativo. Assim sendo, passou a trabalhar a educação da criança como um bem necessário, sob a premissa de que todo ser humano vivencia a infância antes de atingir a vida adulta. Ademais, explicita que todo organismo possui uma estrutura e função, ao passo que não basta ter os órgãos, é preciso estimulá-los, desenvolvê-los, colocá-los em exercício.

Rousseau (1995) acredita em uma educação que ajude a criança, capacitando-a para suprir necessidades, carências de ordem física e intelectual, uma educação que possibilite o desenvolvimento da inteligência, da força, da linguagem, sobretudo que seja verdadeiramente útil, a ponto de conceder liberdade, fazendo-a agir por si própria para que se acostume desde cedo a suprir desejos e vontades.

Segundo os preceitos rousseauianos, o princípio da educação da criança está na valorização da infância, consequentemente o educador deve atribuir significado a ela, em vista disso, dedicar-se a criança é uma consideração particular a ser tomada, aliada ao interesse pelas atividades naturais e espontâneas que ela exerce sobre si mesma. Claparède (1958, p. 80) destaca que o tratado de Rousseau “é do começo ao fim uma inspiração inteiramente funcionalista. O papel do educador deve ser o de pôr a criança em condições de exercer funções no momento em que a hora de seu aparecimento soou no relógio da natureza.”

Essas considerações validam a evolução do desenvolvimento da criança, que na pedagogia funcional ocorre processualmente, pois respeita os períodos de maturação biológica, tomando como base os estágios a serem percorridos: infância, adolescência e juventude. Rousseau (1995, p. 51) ressalta “o protagonismo das faculdades naturais do homem e seus sucessivos desenvolvimentos.”

É salutar explicitar que a educação funcional parte de um processo intrapsíquico, através do qual a criança se instrui e se constitui como indivíduo autônomo, no entanto não é simples resultado da ação motora, apoia-se no interesse e na necessidade, leis indispensáveis à atividade humana. Desse modo a criança experiencia ao ser colocada



em condições que a permitam agir por curiosidade, por prazer, por desejo, necessariamente, o educador deve fazê-la se sentir útil a ponto de procurar compreender para que serve sua atividade.

A respeito dessa sistemática repousa o princípio da escola ativa, através da qual a psicologia da criança mantém íntima relação com a pedagogia, prática imprescindível, de grande valia ao trabalho do educador. Nessa direção, fala-se no desenvolvimento da inteligência da criança tendo como sustentação a experimentação e a observação.

A Escola Nova tem como lema a ideia de que a criança deve estar no centro do processo educativo. A ideia de sujeito ativo, marco da Filosofia Moderna, é incorporada por esse movimento. Vida, portanto, é essa atividade constante de busca pelo equilíbrio. Essa busca coloca o organismo em movimento. O organismo vivo, centro de uma perspectiva funcional, existe enquanto funciona, e funciona porque é sempre necessário recuperar um estado de equilíbrio (Machado, 2017, p. 174).

A busca pela autonomia funcional da criança está ancorada na concepção de que ela é um ser com necessidades próprias que diferem das necessidades de um adulto. Ou seja, a natureza que rege seus interesses é diferente dos mecanismos psíquicos, das atitudes e das atividades de uma pessoa adulta. A criança passa por um processo de adaptação mental, um ajustamento de suas capacidades que se complexifica conforme desempenha atividades, com isso, a educação deixa de ser preparação para a vida e se torna a própria vida. Como salienta Montoya (2011, p. 74) “[...] a aquisição de uma compreensão segura sobre a própria vida proporcionaria à criança um desenvolvimento psicológico no qual as angústias naturais do crescimento poderiam ser enfrentadas como parte da vida e não como tragédias e rupturas de sentido.”

De modo geral, a escola ativa se constitui sob influência das pesquisas psicológicas, sobretudo acerca do desenvolvimento das operações lógicas e da racionalidade da criança, que progressivamente se constrói através da ação sobre os objetos e das atividades de caráter experimental. Nessa lógica, a vida é o ponto de partida, por isso há uma forte defesa da educação enquanto máxima expressão da vida. Ademais, para formar plenamente a personalidade da criança com raciocínio ativo e autônomo é fundamental colocá-la em situações-problema que a façam exercitar a inteligência.

Essa escola disseminadora do método ativo é partidária da construção da aprendizagem e, particularmente, contra o ensino tradicional, sob alegação de que educação não é sinônimo de coação. A submissão da criança perante a figura do



professor, intelectual e moralmente incontestável, constitui um cenário desfavorável a aquisição dos conhecimentos, posto que anula a ação, reduzindo o papel da criança a mero depósito de conteúdos sem utilidade funcional. O que valida a aprendizagem segundo Piaget (1975, p. 69) “não é saber reproduzir ou conservar verdades acabadas (...) é aprender por si próprio a conquista do verdadeiro, correndo o risco de passar por todos os rodeios que uma atividade real pressupõe.”

Há nessa discussão duas vertentes teóricas divergentes, de um lado o conservadorismo característico da educação tradicional e do outro a centralidade da ação nos processos educativos. Isto é, são propostas de formação humana que não dialogam, a primeira considera a criança como receptora do conhecimento, enquanto a segunda promove uma abordagem em que a criança aprende em plena atividade, apesar do distanciamento teórico ambas constituem a história da educação escolar.

O ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Do ponto de vista da pedagogia funcional, como já foi dito, a criança é um ser com vida própria e biologicamente passa por estágios de desenvolvimento cognitivo, esse processo se efetiva por meio da funcionalidade, assim sua estrutura mental se modifica e se complexifica, característica que possibilita a aprendizagem. Nessa perspectiva, a concepção de infância expressa a autonomia da criança, ela é um ser único que não deve ser confundido ou comparado ao adulto.

No construto histórico, é necessário evidenciar que os conceitos de criança e infância são diferentes, possuem especificidades, ainda que sejam indissociáveis. Nesta panorâmica, trabalha-se na perspectiva de que existem crianças e infâncias no sentido plural, afirmação que valida a multiplicidade sociocultural em que se concebem os seres humanos. Consoante, tanto as práticas, os valores, as ideias, quantos os modos de pensar e agir desconsideram uma definição única e singular desses conhecimentos.

Sob esse prisma, as instituições de atendimento à criança objetivam a infância ou as infâncias como uma construção social e histórica em movimento fluído, em razão das transformações pelas quais passou nos últimos séculos. Essa metamorfose acompanhou a modernização da sociedade, da família, do trabalho, do reconhecimento dos direitos sociais fundamentais, todos esses componentes aliados à criação de dispositivos legais que asseguram o direito à educação na primeira etapa da vida. “Etimologicamente, em latim, a palavra infância significa *in-fans*, ou seja, o ser sem



fala, percebe-se que durante muito tempo a palavra infância representava a concepção da não valorização da criança como ator social pleno” (Alves e Ribeiro, 2021, p. 131).

De acordo com essa concepção, a ausência da linguagem verbal reforçava a ideia de criança enquanto destituída de inteligência, sem condições de desenvolvimento intelectual, ao menos até conseguir dominar os mecanismos da fala. Esse pensamento equivocado foi aceito como verdadeiro por séculos, dada a ausência de estudos aprofundados que pudessem contrapor-se a ele. Todavia, com o surgimento de questionamentos sobre o funcionamento mental e desenvolvimento cognitivo da criança, essa realidade começou a mudar, principalmente mediante o avanço dos estudos dedicados a compreendê-la em sua completude.

Segundo Alves e Ribeiro (2021) a contribuição teórica e prática das diferentes ciências, tais como a Psicologia, a Sociologia, a História, a Antropologia e até mesmo a Pedagogia fortaleceu o reconhecimento das infâncias, assim como os debates sobre o acesso das crianças à educação formal, além da garantia à assistência e à saúde nas diferentes dimensões: social, ideológica, política e cultural. É mister ressaltar que as infâncias e os princípios nos quais se fundamentam são instaurados na idade moderna.

Com avanço dos conhecimentos científicos, a criança ganhou notoriedade, ao passo em que uma nova concepção surgiu para ressignificá-la enquanto sujeito histórico, social, produtora de cultura. Nesse percurso, tornou-se primordial sair de uma educação em que as especificidades da criança eram ignoradas para uma educação preocupada em suprir suas necessidades cognitivas, afetivas, históricas, sociais e humanas. Essa concepção passou a compreendê-la na integralidade, exigindo um ensino capaz de atendê-la na complexidade das múltiplas dimensões formativas.

Trazendo para o contexto brasileiro, o ensino da educação infantil é regulamentado a partir dos dispositivos legais, primeiramente na Constituição Federal de 1988 quando passa a ser um direito assegurado pelo Estado. (Brasil, 1988) em seu artigo 208 estabelece como responsabilidade do poder público a oferta da educação infantil em creches e pré-escolas para crianças de até 6 anos de idade.

Sem dúvida, essa foi uma conquista histórica que proporcionou avanços significativos rumo ao reconhecimento da primeira infância, das necessidades básicas da criança, inserindo-a nos espaços próprios para a aprendizagem formal, para o convívio com os pares, a troca de experiências, as interações e a produção de saberes. Em seguida, no início da década de 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, (Brasil, 1990) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao



adolescente afirmando a garantia aos direitos fundamentais à vida, à educação, à saúde, à proteção, à liberdade, à convivência familiar e ao lazer.

Seis anos depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB passa a especificar a educação infantil como a primeira etapa da educação básica (Brasil, 1996) traz como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, enfatizando os aspectos social, intelectual, físico e psicológico, em complementação à ação da família e da comunidade.

Outros dispositivos merecem ser citados, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil-RCNEI (Brasil, 1998), que objetivou guiar os professores com orientações a respeito dos conteúdos inerentes ao ensino e aprendizagem na primeira infância. Sem esquecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEI (Brasil, 2009), que estabelecem a estrutura institucional e legal da educação infantil, além de discutirem a função pedagógica e sociopolítica das instituições de ensino dessa etapa, compreendendo as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes, assim como a associação entre o cuidar e o educar.

Há também a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (Brasil, 2017), normativa vigente que estrutura a educação infantil em cinco campos de experiência, cada campo possui os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento distribuídos conforme as faixas etárias (bebês 0-18 meses, crianças bem pequenas 19 meses a 3 anos e 11 meses, crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses), além de destacar os seis direitos de aprendizagem característicos dessa etapa.

Perante estas constatações, o ensino da educação infantil firmou-se na dimensão histórica, científica, social, política e legal em concordância com as transformações ligadas à concepção de criança e infância. Notadamente, a psicologia e a pedagogia funcional tiveram sua parcela de contribuição na modernização do pensamento sobre a criança enquanto ser ativo, autônomo, em desenvolvimento das funções mentais.

Contudo, para além das questões biológicas, fisiológicas e cognitivas, a criança é um ser social e cultural que aprende ao se apropriar dos conhecimentos produzidos pela humanidade, essa apropriação conduz a produção de um conjunto de saberes sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Portanto, a institucionalização da educação infantil se faz para atender a criança em todas as dimensões da formação humana, com vistas a contemplar sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetivou discutir a pedagogia funcional e a concepção de criança considerando o ensino da educação infantil. Posto que, a história da criança e da infância ganhou novos capítulos com o despontar da educação ativa, do reconhecimento das capacidades mentais da criança quando colocada em atividade. Nesse aspecto, propõe-se uma psicologia da infância, estudos específicos sobre a natureza da criança, uma psicologia aplicada à educação.

Por conseguinte, o estudo nos permitiu compreender que a insatisfação com a pedagogia tradicional fez emergir críticas direcionadas à estrutura deste modelo, sobretudo quanto ao foco em um ensino impositivo, conteudista, somado ao fato de anular a criança impedindo-a de atuar ativamente no processo educativo. Ademais, o ato de superestimar o papel do professor através do controle dos corpos e dos castigos físicos tinha se tornado insustentável. Na contramão, o movimento de renovação da escola não apenas trouxe à tona a urgência de mudança, mas passou a questionar, problematizar o cerne da educação tradicional, inaugurando um outro olhar sobre a criança.

É importante ressaltar que nessa discussão não há uma teoria melhor do que a outra, muito embora a escola ativa tenha surgido com a finalidade de superar as fragilidades da teoria tradicional. Esse movimento alimentado pelo desejo de romper com o “velho” modo de fazer educação também recebeu críticas, especialmente por priorizar as experiências, a vida e a própria atividade da criança colocando o ensino dos conteúdos em segundo plano. Cabe salientar, ainda, que a teoria tradicional não deixou de existir com o surgimento e a consolidação da escola nova, os dois projetos de formação humana passaram a coexistir, óbvio com maior ou menor relevância, assim como outros que surgiram depois. Ficou explícito que a criança ocupa lugares diferentes nos modelos de educação discutidos, no primeiro totalmente passiva e no segundo protagonista da sua aprendizagem, ou seja, dois extremos.

A pedagogia funcional orientada pela escola nova suscitou relevantes debates, conduziu mudanças significativas nos modos de compreender a criança como um ser em desenvolvimento, com necessidades e interesses específicos, ao reconhecer que ela passa por um processo de maturação biológica, intelectual e cognitiva a partir da



educação. Dessa forma, as descobertas validadas pela ciência contribuíram para pensar a importância da infância e do ensino da educação infantil.

Essas proposições ajudaram a pensar os espaços próprios para a aprendizagem da criança e, ampliar a concepção de infância, pois se trata de um sujeito histórico e social complexo, que precisa ser entendido para além da ação, do desenvolvimento da autonomia e da construção mental. A criança produz bens culturais resultantes das interações sociais que constituem sua subjetividade, essas questões a pedagogia funcional não discute, pois se assenta nas dimensões psicológica e biológica. No entanto, o ensino da educação infantil deve priorizar o desenvolvimento integral da criança, isto é, conduzir o processo de aprendizagem que a contemple nas múltiplas dimensões da formação humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Kelly Ludkiewicz; RIBEIRO, Silvanne. Reflexões sobre concepções de crianças e infâncias, e a escola da educação infantil como reduto e resistência das infâncias. **Revista Humanidades e Inovação**. v.8, n.32, p. 130-144, jan./fev. 2021.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular (BNCC)**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2018.



CLAPARÈDE, Édouard. **A Educação Funcional**. Tradução: J. B. Damasco Penna. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, Diandra Dal Sen. Jean-Jacques Rousseau, Édouard Claparède e Jean Piaget: Apontamentos acerca da ideia de educação funcional. **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genética**. v. 9, n. 2, p. 165-188, ago./dez. 2017.

MONTOYA, Adrián Oscar Dongo. (Org.). **Jean Piaget no século XX**: escritos de epistemologia e psicologia genéticas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Tradução de Ivete Braga. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UNESCO, 1975.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução: Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.